

# **POLUIÇÃO POR PARTICULADOS QUÍMICOS NO RIO CAPIBARIBE LANÇADOS PELAS LAVANDERIAS INDUSTRIAIS TÊXTEIS NA CIDADE DE TORITAMA**

Autor (SILVA, Wemerson José da); Orientador (NETO, João Pinto Cabral)

(*Faculdade Maurício de Nassau, engcivil.cau@mauriciodenassau.edu.br*)

## **- Introdução**

Com grande importância socioeconômica e histórica no desenvolvimento de Pernambuco e Região Nordeste, o Rio Capibaribe tornou-se o principal mantimento para a agricultura e a pecuária na região. Nesta época, as áreas ribeirinhas do Capibaribe passaram a ser colonizadas por habitantes de diversos locais do País, revertendo o que eram águas doces, limpas e puras, no que hoje é chamado de “Rio de esgoto e lama”.

A cidade de Toritama se encontra à 167km do Recife, é responsável por 14% da produção nacional do jeans no País (CPRH apud FADE/UFPE, 2003), as principais atividades econômicas da cidade são: indústrias de confecções e lavanderias industriais. Nesta localidade o rio apresenta alto nível de poluição por produtos químicos vindos das lavanderias.

Desta forma, Pereira e Freire (2004) afirmam que há um grande obstáculo quanto à falta de tratamento adequado dos resíduos industriais, pois geram agressões impactantes aos recursos hídricos. Todavia, as águas provenientes das lavanderias são despejadas no rio sem que seja realizado nenhum processo de remediação ou tratamento, fato que, produz alterações químicas e físicas da água.

Em Toritama, costumam-se dizer “a cor do rio é a cor da moda”, infelizmente a situação é de fato caótica. Quando se depara com o rio no trecho que corta a cidade de Toritama, pode-se encontrar a água com cores diversas, sendo azul, vermelho, roxo ou marrom as cores mais comuns (Figura 1), esse contraste de cor varia conforme a utilização das tintas pelas lavanderias têxteis que após a lavagem são despejados no Rio Capibaribe.



Figura 1. Poluição do Capibaribe no município de Toritama.

Partindo-se dos pontos discutidos, o objetivo da pesquisa em questão é a de, através de pesquisa in loco na cidade de Toritama, e da realização de entrevistas com moradores da região, atuar de forma investigativa, identificando os principais impactos ambientais relacionados ao Rio Capibaribe e as lavanderias industriais têxteis. Através do diagnóstico da região, tem-se também por objetivo, de chamar a atenção para as políticas públicas e fiscalizações que sejam capazes de prevenir, mitigar ou solucionar os problemas levantados.

### **- Metodologia**

Em Toritama há cerca de 2.500 fábricas têxteis e, aproximadamente 70 lavanderias. Apenas no primeiro semestre de 2017, foram identificadas três fábricas de jeans que estavam despejando água no rio, sem tratamento prévio, segundo dados divulgados pela CPRH (2017).

Neste sentido, assim como MATTOS e IRVING (2003), tem-se por base metodológica a interação e participação da população local de forma direta, afim da melhor compreensão quanto a situação da poluição do Rio Capibaribe pelas lavanderias na cidade de Toritama.

No entanto, a pesquisa in loco foi realizada entre o período de março a junho de 2017, sendo necessário a criação de um roteiro para melhor aproveitamento e entendimento das informações, a partir do levantamento de dados primários (pesquisa de campo). Assim, segue-se as etapas:

- Elaboração do formulário de entrevista – foram analisados os tipos de perguntas que poderiam ser empregadas, de fato que, o sujeito consiga expressar de forma sucinta e clara suas sugestões, críticas e possíveis soluções. O formulário continha cinco perguntas.
  1. Como é visto o Rio hoje para o que era no passado?
  2. Considerando a poluição, a quem é atribuído toda essa culpa?
  3. Quais importâncias e benefícios que o Rio trazia para a população tanto urbana como rural?
  4. Quais as áreas que mais tem sido afetada?
  5. Quanto as iniciativas de políticas públicas e fiscalizações, tens feito algo para uma possível solução a este problema?
- A escolha da comunidade – para realização da pesquisa, escolheram as comunidades ribeirinhas (urbanas e rurais), pois são as que mais sofrem com a falta de tratamento da água;
- O sujeito da pesquisa – escolhendo-se alguns moradores das comunidades para a entrevista, sendo eles agricultores e moradores urbano, no total de dez entrevistados.

O estudo desta Poluição do Rio Capibaribe também envolveu pesquisas bibliográficas e levantamento de dados secundários, afim de exemplificar com mais detalhes a situação local.

## **- Resultados e Discussão**

Segundo dados do G1 (2017), para a lavagem de apenas uma peça de roupa, é usado basicamente cem litros d'água. Neste processo são utilizados, pelas lavanderias, diversos produtos químicos, que são materiais difíceis de serem eliminados, quando presentes nos rios e solo. Como reflexo, está a possibilidade de causar grandes danos a agropecuária, e a saúde de animais e seres humanos, dado haver uma série de toxinas na composição destas tinturas.

No entanto, conforme a entrevista local realizada, a população ribeirinha (urbana e rural) mostraram-se preocupadas com a poluição do Rio Capibaribe, que aumenta conforme a produção, tendo em vista, pode-se destacar alguns pontos e comentários que foram respondidas seguindo as perguntas.

“Antigamente, a água aqui do rio era bem limpinha, dava até para ver os peixinhos, a gente tomava banho, brincava, pescava, aguava as plantinhas e ainda bebida dessa água. Hoje, o rio a cada dia está uma cor diferente, com um mau cheiro forte, não podemos mas fazer nada com ele”, entrevistado 2.

Pode-se observar, que os produtos químicos utilizados para pintura têxtil não só apenas diferenciam a cor do Rio (figura 2), como também, libera um forte odor, causando assim: problemas respiratórios, náuseas, vômitos, febre e outros.



Figura 2. Mudança da cor da água devido o corante.

Entretanto, segundo o entrevistado 5, disse: “ As lavanderias têm uma grande culpa quanto a poluição, porém, a gestão política tem um déficit com a falta de fiscalização nestes locais”. A COMPESA (2017) informa que, vem agindo de forma intensiva através das denúncias pelos populares, porém, nota-se a quantitativa baixa de lavanderias sendo notificadas ou interditadas.

Em outros aspectos, é necessário a atenção para este agente poluidor vindo das lavanderias têxteis, o equilíbrio sociedade e natureza dependem muito das ações governamentais e a atuação da sociedade organizada na solução desses problemas, afirma Silva e Silva (2014).



## - Conclusões

A falta de um tratamento correto da água, proveniente da lavagem dos jeans, acaba por se tornar um agente poluidor capaz de poluir não apenas o rio, mas também o solo e o lençol freático da região, afetando animais, plantas e toda comunidade. Existe, de fato, um grande descaso com as águas que ali passa.

Torna-se evidente, portanto, sem as devidas precauções e fiscalizações o índice de poluição por particulados químicos no Capibaribe tende a aumentar, todavia, é necessário ressaltar o despertamento das políticas públicas e fiscalizações para reverter este descaso, sendo necessário, a valorização pelas ONGs, cartazes, palestras e vistorias nas lavanderias.

## - Referências Bibliográficas

AGÊNCIA ESTADUAL DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HIDRICOS (CPRH). **Diagnostico ambiental das lavanderias de Toritama.** Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/toritama.pdf>>. Acesso em: 05 de abril de 2017.

ARAÚJO, Rafael Martinello de. **Avaliação econômica do reuso da água da lavanderia na descarga do vaso sanitário em uma residência.** 2011. 58 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Medianeira, 2011.

COMPESA. **CPRH interdita lavanderias em Caruaru e Toritama por despejo ilegal nos rios Ipojuca e Capibaribe.** Disponível em: <<http://servicos.compesa.com.br/cprh-interdita-lavanderias-em-caruaru-e-toritama-por-despejo-ilegal-nos-rios-ipojuca-e-capibaribe/>>. Acesso em: 10 de maio de 2017.

\_\_\_\_\_. Lei Federal nº 9.433 de 08 de janeiro de 1997. **Institui a Política Nacional de Recursos Hídricos, cria o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos,** regulamenta o inciso XIX do art. 21 da Constituição Federal, e altera o art. 1º da Lei nº 8.001, de 13 de março de 1990, que modificou a Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/19433.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/19433.htm)>. Capturado em: 05 de março de 2017.

MATTOS, F. F.; IRVING, M. A. Delta do Parnaíba nos rumos do ecoturismo: um olhar a partir da comunidade local. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 3, n. 4, p. 23-35, 2003.



PEREIRA, W. S.; FREIE, R. S. **Ferro zero: Uma nova abordagem para o tratamento de águas contaminadas com compostos orgânicos poluentes.** Departamento de Química Fundamental, Instituto de Química, Universidade de São Paulo. Vol. 28, No. 1, 130-136, 2005.

SILVA, Andréa Pereira; SILVA, Cleomácio Miguel. **PLANEJAMENTO AMBIENTAL PARA BACIAS HIDROGRÁFICAS: CONVERGÊNCIAS E DESAFIOS NA BACIA DO RIO CAPIBARIBE, EM PERNAMBUCO-BRASIL.** HOLOS, [S.l.], v. 1, p. 20-40, jan. 2014. ISSN 1807-1600.



(83) 3322.3222  
contato@aguanosemiarido.com.br  
[www.aguanosemiarido.com.br](http://www.aguanosemiarido.com.br)